

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O discurso que produz a reforma: nacionalização do ensino e reforma educacional no Rio Grande do Sul (1937-1945)

Claudemir de Quadros*

Resumo

Entre os anos de 1937 e 1945 houve, no Rio Grande do Sul, um importante movimento de reforma educacional conduzido pelo Estado. Esse movimento encontrou suas condições de emergência a partir do discurso formulado no âmbito do projeto de nacionalização do ensino. No contexto desse processo de reforma educacional alterou-se, profunda e intensamente, as formas de gestão do sistema educativo do Estado, que passou a afirmar-se sob as bases de uma gestão técnica, científica e racional, orientada por especialistas e que envolveu uma ampla e detalhada prescrição legal das atividades escolares e dos programas de ensino; uma forte incidência de controle e normatização; um conjunto de ações direcionadas para a formação continuada do corpo docente e a instauração de ações relacionadas com o desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais.

Palavras-chave: história da educação; Rio Grande do Sul; nacionalização do ensino; reforma educacional.

Abstract

Among the years of 1937 and 1945, it had, at Rio Grande do Sul, one important motion of the educational motion reform conducted by the State. This motion found their emergency conditions from the speech formulated into education's nationalization. In the context of this process of educational reform it changes itself, profoundly and intensively the form of the administration of the educational system of the State which passed to affirm itself into one of the bases of a technique administration, scientific and that involved an ample and detailed legal prescription from scholar's activities and from learning programs a strong incidence of control and to the normal a conjunct of action directed to a continuation form of actions to the teachers and too the institutions connected with the development of study and educational researches.

Key-words: Educational history of Rio Grande do Sul - teaching nationalization - educational reform.

O discurso da nacionalização do ensino

As preocupações relacionadas com a nacionalização do ensino são tão antigas quanto a própria imigração na região Sul do Brasil, notadamente no Rio Grande do Sul, em função da concentração nesse Estado de imigrantes alemães e italianos e, em menor número, de outras nacionalidades. Mas essas preocupações podem ser sentidas de modo mais aguçado a partir dos anos de 1910, em especial a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) quando, segundo Maria Helena Camara Bastos (1994), tornaram-se mais complexas as relações entre a

* Professor no Centro Universitário Franciscano de Santa Maria/RS, doutor em Educação.

população de ascendência alemã e italiana, o governo brasileiro e a Igreja. Desde então, com uma abrangência nacional e o envolvimento de vários níveis do governo, acentuou-se a pressão pela nacionalização do ensino, que envolvia a adoção do português como língua única permitida, a subvenção federal para a construção de escolas, a supervisão mais direta e efetiva por parte do Estado das escolas particulares e o fechamento de escolas, associações esportivas, culturais e sociais e de jornais mantidos por estrangeiros. A campanha pela nacionalização do ensino envolveu variadas e importantes dimensões, que passaram pela promoção da nacionalização econômica das colônias estrangeiras (Richard Dalbey, 1970); pela constituição de uma nacionalidade luso-brasileira proposta a partir de uma homogeneidade cultural (César Paiva, 1985); e por motivações de ordem cultural e econômica, representadas pelo discurso do perigo alemão e pelo crescimento econômico da região Norte do Estado, povoada por imigrantes, frente à região Sul, que desenvolvia uma atividade produtiva ligada à pecuária extensiva e que, em que pese ainda manter o controle político do Estado, já sofria reflexos da estagnação econômica dos setores produtivos não vinculados com a industrialização (René Gertz, 1991).

Embora por motivações variadas, o discurso da nacionalização do ensino foi formulado, principalmente, a partir do perigo que a ação política dos estrangeiros, junto às escolas, representava para a formação de um espírito nacional, informado pela unidade e pela homogeneidade, e pelo projeto nacionalista do Estado Novo que propunha a uniformização, a padronização cultural e a supressão de quaisquer formas de organização autônoma da sociedade. Gustavo Capanema (*apud* Bastos, 1994, p. 49), em conferência proferida em outubro de 1945, assinala que havia sido

no terreno da escola primária que o governo, a partir de 1937, realizou a mais profunda e a mais decisiva obra antifascista. A indiferença dos governos anteriores deixou proliferar no Sul do país a rede imensa de escolas primárias estrangeiras, sobretudo alemãs, que depois de Hitler, passaram a ser centros de educação nazistas de milhares de crianças brasileiras.

Essa indiferença, essa desatenção, havia gerado um “problema gravíssimo e de difícil solução”. São com essas contundentes palavras que o secretário da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, José Pereira Coelho de Souza, em 1941, define as questões relacionadas com a presença de instituições escolares estrangeiras e com a nacionalização do ensino. O fato de ser considerado um problema grave e de difícil solução, a pressão da imprensa e a crítica de setores militares, que consideravam as ações desenvolvidas até então acanhadas, incitou o recrudescimento das ações estatais em torno das escolas, associações, entidades e impressos

em língua estrangeira no Estado, em especial àqueles vinculados às comunidades alemãs e italianas. O discurso produzido e disseminado, tanto em nível nacional, quando em nível estadual, incitava a pensar a presença e atuação das escolas estrangeiras como um perigo concreto e urgente que precisava ser debelado, em razão dos “males que já fizeram e continuam a fazer ao nosso país, desnacionalizando nossos patrícios e tornando-os súditos do hitlerismo” (*Correio do Povo*, 2/11/1937, p. 5). Produziu-se uma sensação de que os quintacolumna haviam, efetiva e concretamente, arquitetado planos e desenvolviam ações no sentido da ocupação de espaços que possibilitassem a tomada das mentes e dos corações - o Estado, o território e a cultura nacionais corriam perigo eminente. O problema era, portanto, de segurança nacional, já que havia se constituído uma “pátria alemã em território brasileiro” que representava séria “ameaça política pelo nível articulado de organização social, cultural e mesmo ideológico” que havia alcançado (Simon Schwartzman, 1984, p. 159).

Uma peça importante do discurso produzido e posto e circulação em torno do perigo que as escolas estrangeiras representavam para o Rio Grande do Sul foi a conferência proferida por Coelho de Souza, em sessão da Associação Brasileira de Educação - ABE, em novembro de 1941, no Rio de Janeiro, e logo em seguida publicada sob o título de “Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande”.

Nela, Coelho de Souza aponta que haviam se infiltrado nas comunidades teuto-brasileiras, mediante subvenção do consulado alemão, representantes do nazismo que dominavam as escolas particulares e catequizavam os estudantes. O mesmo havia acontecido com as sociedades culturais que, de uma hora para outra, caíram em domínio nazista. O círculo completava-se com a ação dos pastores da Igreja Evangélica, que intercalavam textos da bíblia com a doutrina nazista nas suas prédicas. O texto descreve, com alguma minúcia, a organização do partido nazista no Rio Grande do Sul, desde os procedimentos para o seu funcionamento até as formas de financiamento e aponta os nomes das suas principais lideranças. Trata, também, das suas ramificações em outros Estados (Santa Catarina, Paraná e São Paulo), em outros países (Chile) e das ameaças ou boicotes a que submetia os que hesitavam em aderir ao partido.

A contenção desse movimento que nitidamente traía o Brasil por afirmar serem “os teuto-brasileiros apenas brasileiros acidentalmente, mas alemães pelo sangue e pela origem” (Coelho de Souza, 1941, p. 40), dava-se mediante uma dupla ação: uma policial e repressiva, outra preventiva, de caráter educativo, a qual haveria de ser a ação que alcançaria a maioria da população de origem alemã com vistas à “defender as novas gerações contra a influência da doutrina nazista, veiculada por meio do chamado teuto-brasileirismo” (p. 57).

A nacionalização era objeto de atenção e preocupação constante dos militares. Segundo Schwartzman (1984), em janeiro de 1938, o general Meira de Vasconcelos, comandante da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba, encaminhou às instâncias superiores um relatório no qual manifestava sua preocupação com as conseqüências, para ele funestas, que a colonização estrangeira mal orientada poderia trazer ao Brasil.

O jornal *Correio do Povo*, de 22 de abril de 1938, transcreveu um editorial do mesmo comandante publicado no jornal *O Globo*, com o título “Nacionalizemos o ensino”, no qual considera a atuação e a legislação proposta pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul como tolerante em relação aos estrangeiros: “embora por vários aspectos modelar, nem por isso deixa de ser lacunosa, senão prejudicial, por um espírito de tolerância, que abrirá facilmente as portas da burla” (*Correio do Povo*, 22/4/1938, p. 1).

Nesse sentido, Coelho de Souza procurava, reiteradamente, destacar e qualificar a ação nacionalizadora desenvolvida pelo governo estadual: “larga ação educativa do governo gaúcho”; “o Rio Grande na liderança nacionalista”; “sábua política governamental”; “formidável obra nacionalizadora da interventoria”; “os gaúchos continuam a ser as sentinelas avançadas do Brasil”. Pela atuação da interventoria, havia sido possível “reconquistar para o Brasil enormes regiões que, pelo menos no espírito, já não pertenciam à pátria brasileira” (1941, p. 8).

O mesmo era feito pelo interventor federal que, nos relatórios ao governo central, procurava demonstrar que havia chegado ao fim o tempo de tolerância para com as escolas estrangeiras. Isso tinha razão de ser: os militares e setores da imprensa cobravam do governo ações mais enérgicas em relação aos estrangeiros. Não era mais possível contemporizar com “vício tão grave”. Além disso, como interventor federal, cabia a Cordeiro de Farias executar as diretrizes estabelecidas pelo governo central que abrangiam três aspectos: a necessidade de conferir um conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas; a padronização dos currículos, dos materiais didáticos e dos sistemas de regulação e fiscalização e a erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais estabelecidas no Brasil. Em boa medida, o interventor agia sob pressão e buscava assegurar sua sustentação política no cargo num cenário em que, de uma parte, convinha estabelecer uma relação conciliadora com a igreja e com as comunidades imigrantes e, de outra, havia a vigilância da imprensa, dos militares e a necessidade do cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo governo central, a quem representava por delegação. As ações tardaram, mas não falharam: pelos decretos 7.212, de 8 de abril, e 7.614, de 12 de dezembro de 1938, os estabelecimentos de ensino particular foram registrados, subordinados à orientação do Estado e 95 foram fechados por não satisfazerem as

exigências legais. Com as ações do governo e com o apoio da Igreja Católica, quebrava-se a oposição teuto-brasileira e demonstrava-se que o pastor do Colégio Sinodal de Candelária errara no seu diagnóstico quando escrevera, em carta dirigida aos professores e apreendida pela polícia: “resistam e não se preocupem, porque essa campanha esmorecerá logo; vivemos em um país onde a sopa nunca se serve tão quente quanto sai do fogo” (Coelho de Souza, 1941, p. 78).

Coelho de Souza é bastante claro quanto à direção e ao resultado esperado do trabalho relacionado à nacionalização:

A obra de integração das minorias de origem estrangeira em nossa nacionalidade se há de fazer, como é desejo do governo da República e do Estado. Quem nascer no Brasil há de ser brasileiro, custe o que custar, haja o que houver. [...] E quem tentar se opor a esta obra patriótica, pode voltar pela porta por onde entrou (Correio do Povo, 27/3/1938, p. 3).

O Estado se reestrutura para enfrentar o gravíssimo problema

Mas para que a nacionalização cumprisse o seu papel era preciso oferecer condições materiais; aparelhar os prédios escolares; proporcionar acesso à escola pública; contratar e promover a orientação técnica e pedagógica dos professores. Para isso, o Estado vai reformar-se: a estrutura administrativa da Sesp/RS foi reformulada e ampliada; acentuou-se o processo de burocratização, marcado por uma profusão cada vez maior de normas, decretos, portarias, regulamentos e resoluções; acentuou-se o processo de contratação, agora mediante concurso, do pessoal envolvido diretamente com as atividades docentes e técnico-administrativas: professores, inspetores, supervisores, diretores, técnicos em educação e funcionários. Era preciso, sobretudo, dar à escola a instalação e o aparelhamento “exigíveis pela sua dignidade”. Para tanto, foram construídos “49 grandes prédios escolares urbanos, com uma capacidade que vai de 200 a 750 alunos, e 79 rurais, com capacidade para 150 alunos” e constituiu-se, a partir de 1939, um “corpo de delegados escolares regionais e orientadores técnicos que dispensa a essas escolas a assistência e a fiscalização necessária” (Coelho de Souza, 1941, p. 79-80).

Na medida em que crescia o número de unidades escolares e as “exigências da nacionalização do ensino, nas escolas particulares, para integração dos filhos estrangeiros na vida nacional” (p. 2), houve a nomeação de um expressivo número de professores e funcionários administrativos para as escolas. Entre 1938 e 1939, aconteceram 1.704 novas nomeações de professores e funcionários.

A nacionalização do ensino abriu um campo de possibilidades para a atuação do Estado no âmbito educacional no Rio Grande do Sul, que até então se restringia a poucos atos administrativos e muito incipientes iniciativas de aperfeiçoamento técnico ou pedagógico. Data, portanto, da nacionalização do ensino, razão pela qual esse processo não deve ser subestimado pela historiografia educacional, a organização mais sistemática do sistema político-administrativo da educação pública no Rio Grande do Sul, orientado e planejado a partir de diretrizes teóricas, técnicas e administrativas. Essas diretrizes foram formuladas ou disseminadas pelos técnicos em educação, primeiro vinculados à Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública e, depois, ao Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais - CPOE/RS.

O discurso da nacionalização do ensino produziu aquilo sobre o que se pôs a falar, o outro - o estrangeiro - como perigo e informou a ação do governo que se reaparelhou para enfrentar o gravíssimo problema. Mas nesse momento há uma ruptura fundamental: além de oferecer condições materiais e contratar pessoal docente e técnico-administrativo, era preciso proporcionar uma orientação e, sobretudo, uma direção para a educação. Essa direção, que para Alda Cardozo Kremer seguiu o

influxo do movimento pedagógico renovador, que irradiou no Brasil os princípios e conceitos da “Escola Nova”, cujas experiências, ao findar do século 19, agitavam os centros culturais da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, [e orientou] a organização administrativa que se implantava - confiada a ilustres homens públicos, como Otelo Rosa, José Pereira Coelho de Souza, e eminentes educadores, Olga Acauan Gayer, Marieta Cunha Silva, Ida Silveira, Graciema Pacheco e outros, - e assegurou para o sistema de educação do Rio Grande do Sul seguro embasamento e diretrizes de longo alcance (1969, p. 263),

foi dada a conhecer pelos técnicos em educação vinculados à Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública, coordenada pelas professoras Olga Acauan Gayer e Marieta da Cunha e Silva as quais, “até certo ponto, pode-se dizer que, na parte administrativa e técnica, eram as dirigentes de fato da educação do Rio Grande do Sul,” (Eloah Broth Ribeiro Kunz, entrevista em 21/11/2005).

Mediante um esforço, classificado por Coelho de Souza como “desassombrado e vigoroso” (1963, p. 275), o Estado se reformou para executar e operar um movimento de renovação educacional que não se revestia de uma “feição de construção isolada, parcial, fora da visão global do problema. Antes, se integrava em um programa de política educacional que, além de sistemático, se caracterizava pelo espírito de continuidade” (1963, p. 276) e que abrangia quatro dimensões: a redeterminação dos fins; a formação, atualização e dignificação do magistério; a renovação educacional e a administração central e regional do ensino.

Coelho de Souza demonstra um esforço argumentativo para caracterizar a reforma educacional que se instalava como um movimento marcado pela sistematicidade, pela continuidade, como portador de uma nova fase. Segundo o secretário, findara o tempo em que se administravam os serviços educacionais sem planejamento e ao sabor do acaso. Para isso, Coelho de Souza solicitou a Lourenço Filho, em 1939, a elaboração de um anteprojeto de organização da Secretaria:

Era quase inexistente, quando assumi, a organização da Secretaria, pois a mesma não era mais do que uma reunião, sem unidade orgânica, de antigas diretorias e repartições da Secretaria do Interior, da qual se desmembraram. [...] Somente no final de cinco anos de administração é que pude apresentar o projeto de sua estrutura. [...] Não chegou a Secretaria da Educação a esse trabalho arbitrário ou empiricamente. Forneceu o eminente professor Lourenço Filho, a pedido meu, em 1939, um anteprojeto de organização de uma Secretaria de Educação e Cultura. Daquela data, até princípios de 1942, recebeu o mesmo as anotações sugeridas pela observação da realidade ambiente. (SEC/RS, 1944, p. 1)

Pelo decreto n. 578, de 22 de julho de 1942, alterado pelo decreto-lei n. 246, de 13 de outubro de 1942, a Sesp/RS foi reestruturada e passou a denominar-se Secretaria de Educação e Cultura - SEC/RS. Competia-lhe, na esfera estadual, a administração das atividades relativas à educação escolar e educação extra-escolar. A partir daí, tornou-se mais perceptível uma hierarquização de funções, com maior divisão e diversidade de serviços administrativos, no âmbito dos quais se percebe a distribuição de funções, bem como de serviços técnicos, esses mais ligados aos problemas pedagógicos, com subdivisão de competências.

Considerações finais

Esse movimento de reforma educacional no Rio Grande do Sul, com modernização das instituições, foi mais do que um movimento administrativo. Modificou não só a legislação que a regulamentava e os espaços em que se realizava, mas os métodos de ensino, as relações de trabalho, as finalidades da instrução e os dispositivos por meio dos quais ela - a educação - adquiriria sua eficácia social.

É lícito inferir que essa reforma modificou as formas de sociabilidade escolar, autorizou novos discursos acerca da pedagogia e transformou as relações com o poder institucional. Além disso, foram formulados, organizados e postos em circulação enunciados, tecnologias e dispositivos que se constituíram em instrumentos reais de formação e de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de pesquisa, práticas de nomeação, descrição e explicação dos fenômenos educativos. A reforma educacional se interessou, portanto, por um conjunto de mecanismos e técnicas que podiam ser usadas para

controlar, disciplinar e reformar a população. Isso coincidiu com um amplo movimento no âmbito do qual se inscreve a criação de instituições formadoras de professores; a instalação de universidades, a formação das ciências sociais e consolidação da disciplina da psicologia.

A nacionalização do ensino abriu um campo de possibilidades para a intervenção estatal que envolveu, pelo menos, três dimensões importantes e concomitantes: 1^a) uma extensa e detalhada jurisprudência sobre a educação; 2^a) a reestruturação técnica e administrativa dos órgãos vinculados à educação, e; 3^a) o desenvolvimento de políticas de expansão, tanto quantitativa, quanto qualitativa, da rede de ensino estatal, com a construção de escolas, a ampliação do número de estudantes matriculados, a contratação de professores e uma atenta orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar. Em poucas palavras, a nacionalização do ensino promoveu o reaparelhamento do Estado para a execução de uma reforma educacional que se inseriu num contexto de reorganização e racionalização dos serviços de instrução pública. Nesse contexto, a Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública e, depois, o Centro de Pesquisas e Orientação Educacional - CPOE/RS - tiveram um papel proeminente no planejamento, na avaliação e na organização racional do processo pelo qual o Estado assumiu o problema da escola no Rio Grande do Sul.

Referências

- BASTOS, Maria Helena Camara. *O novo e o nacional em revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*. São Paulo: USP, 1994a. 457f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo.
- COELHO DE SOUZA, José Pereira. *Denúncia: o nazismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Thurmman, 1941.
- _____. A educação no Rio Grande do Sul. In: KREMER, Alda Cardozo et al. *Rio Grande do Sul terra e povo*. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 267-288.
- DALBEY, Richard. Os alemães no sul do Brasil: do isolamento à integração com a nacionalização do ensino. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: MEC/Inep, n. 53, n. 118, abr./jun. 1970, p. 400-408.
- JORNAL *Correio do Povo*. Porto Alegre. 1937-1941.
- GERTZ, René. A nacionalização do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo. *Anais da XI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, 1991, p. 311-317.
- KREMER, Alda Cardozo. Panorama da educação. In: KREMER, Alda Cardozo et al. *Rio Grande do Sul terra e povo*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 259-283.
- KUNZ, Eloah Brodt Ribeiro. *Entrevista a Claudemir de Quadros*. Porto Alegre, 21 nov. 2005.

PAIVA, Cesar. Escola de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas: Unicamp, v. 0. n. 26, abr. 1987, p. 5-28.

SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Edusp, 1984.

SEC/RS. *Organização administrativa*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944.